

Plano de Ação para Alcance da Maturidade na Governança da Estratégia

Órgão:	SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS			
Recomendações do CJF	Ações já implementadas ou propostas	% da Ação já implementada	Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
Dimensão 1 – Estrutura e funcionamento da Rede de Governança				
Avaliar a conveniência e oportunidade de envolver parceiros externos (MP, OAB, Associação de Classe, Defensoria, cidadão, etc.) que tenham interesse em contribuir efetivamente para a melhoria do funcionamento do sistema de justiça, criando-se um canal de participação que permita a coleta de sugestões sobre como aprimorar a prestação dos serviços da Justiça Federal.	* Ouvidoria Administrativa em funcionamento na página de internet da seccional, com interligação automática com o Processo Administrativo Eletrônico – PAe/SEI.	100%	Concluído	Sesud/Diref Seinf Ascom
Ao elaborar o plano orçamentário, solicitar aos responsáveis pela execução da estratégia um plano de custos (aquisições e contratações) detalhado para a consecução das iniciativas estratégicas, de modo a incluir todas essas despesas no plano orçamentário do órgão.	* Os projetos estratégicos que importam em custos possuem os descritivos dos custos necessários em seus Termos de Abertura de Projetos. * Todos os projetos que importam em custos fazem parte do Anexo 9 da Proposta Orçamentária do Órgão.	100%	Concluído	Secad Sepof Semad
Dimensão 2 - Gestão de Pessoas e da informação				
Adotar medidas para adequar o quantitativo de pessoal à demanda (por exemplo, por meio da técnica do Quadro de Distribuição de Trabalho - QDT), com a identificação da situação de disponibilidade dos sistemas informatizados, das não conformidades existentes nos processos de trabalho, dos gaps de capacitação. Tudo isso com vistas à elaboração do Quadro de Lotação de Pessoal - QLP das unidades, que permita servir de referencial à distribuição da força de trabalho, a partir dos recursos humanos disponíveis.	* A competência para definição do quadro de pessoal é do Tribunal. * Projeto de lotação ideal do quadro de pessoal iniciado, conforme Resolução CNJ 219. * A Resolução Presi 21/2017, orienta a distribuição ideal, sendo iniciado em setembro/2017 o primeiro ciclo de adequação. Os relatórios serão elaborados pelo TRF1 e disponibilizado às seccionais para adequação, com implementação prevista para Janeiro/2018.	30%	dez/17	Nucre Secap
Comunicar a situação (excesso ou carência em relação ao QLP) da unidade à administração superior, para eventual movimentação/relocação de pessoal.				
Adotar de algum software para gerenciamento de projetos, por exemplo o Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para o planejamento e o monitoramento das iniciativas de médio e longo prazo, ou aquelas de alto dispêndio financeiro, especialmente as inclusas no Planejamento Estratégico.	* Verificar a possibilidade de instalação do Sei Projetos. Foi realizado o cadastramento dos usuários, mas ainda não foi liberado para o uso. * Solicitar treinamento dos gerentes de projetos e inclusão dos projetos estratégicos no sistema.	30%	dez/17	Seinf Semad
Aplicar, de forma periódica, pesquisas de Clima Organizacional, que envolvam parte significativa do quadro de servidores e magistrados, com a definição de medidas de melhoria.	* Pesquisa realizada em Fevereiro/2017, em fase de elaboração de plano de ação com base nos resultados alcançados. * A pesquisa será aplicada anualmente.	100%	Concluído	Nucre Seder
Desenvolver ação permanente de capacitação dirigida a magistrados e servidores, com foco na gestão de riscos de projetos.	* Previsão desses cursos no art. 10 da Resolução Presi 29/2014 e no art. 4º, V, da Portaria Presi 392/2015. * Solicitada a inclusão de cursos presenciais e virtuais no Plano de Capacitação de 2018	30%	dez/18	Seder
Continuar ampliando suas ações educacionais de modo a capacitar magistrados e servidores em gestão de riscos de processos de trabalho.	* Previsão desses cursos no art. 10 da Resolução Presi 29/2014 e no art. 4º, V, da Portaria Presi 392/2015. * Solicitada a inclusão de cursos presenciais e virtuais no Plano de Capacitação de 2018	30%	dez/18	Seder

Recomendações do CJF	Ações já implementadas ou propostas	% da Ação já implementada	Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
Realizar o inventário dos sistemas informatizados, para identificar aqueles que estão efetivamente em uso, designando o respectivo gestor, que deve ser, preferencialmente, o titular da unidade que gera os dados para o sistema ou o maior usuário das informações produzidas pela rotina informatizada.	* Os sistemas administrativos e judiciais atualmente em uso na seccional são todos regionais, sendo os seus gestores designados no nível de Tribunal. * Somente os sistemas novos possuem gestores locais, como é o caso do PJe, Sei e AJG, todos com gestores locais designados.	100%	Concluído	Seinf
Manter o propósito de implantar o Processo Judicial Eletrônico - PJe, com observância à Resolução CJF n. 202 de 29 de agosto de 2012.	* PJe em implantação em toda a 1ª Região. Foi finalizada a implantação em todas as seccionais em Dezembro/2016, e a expansão para as demais classes, no tribunal e nas seccionais, foi iniciada em 2017.	90%	dez/18	Secin/TRF1
Complementar o plano de treinamento de modo a serem identificadas todas as necessidades de capacitação gerencial e técnicas essenciais ao cumprimento dos objetivos, metas e iniciativas definidas na estratégia.	* Como desdobramento da Pesquisa de Clima Organizacional, será realizada oficina de mapeamento de competências gerenciais e técnicas com os diretores de varas, de forma a subsidiar as capacitações a serem desenvolvidas.	50%	dez/18	Seder
Dimensão 3 – Execução da estratégia – melhoria, inovação e controle				
Verificar a conveniência e a oportunidade de destinar função comissionada ou cargo em comissão a serem ocupadas por servidores que atuem como gerentes de projetos nacionais ou regionais.	* Atualmente não há projetos nacionais ou regionais na SJTO. Somente temos projetos locais. * Não há norma específica que regulamente a remuneração dos gerentes de projetos, mas, geralmente, são designados gestores das áreas afins, que já percebem função comissionada ou cargo em comissão.	100%	Concluído	Secad
Estabelecer, em ato próprio, as atribuições dos gerentes de projetos que devem estar alinhadas às contidas no Manual de Gestão de Projetos aprovado pelo Conselho da Justiça Federal.	* Será elaborada minuta de portaria, com base no Manual de Gestão de Projetos, com as atribuições dos gestores de projetos.	30%	dez/17	Secad Semad
Instituir o gerenciamento de projetos em observância ao Manual de Gestão de Projetos aprovado pelo Conselho da Justiça Federal.	* Para a implantação total do modelo de gerenciamento de projetos o titular da Semad necessita de capacitação, já demanda a área de capacitação.	30%	dez/18	Semad
Implementar, de forma imediata, o gerenciamento de riscos em relação aos processos críticos de trabalho.	* O controle dos atos praticados nos procedimentos administrativos ainda se baseia na conferência e observação realizadas pelos diversos setores, à medida que os processos tramitam, qualquer que seja a sua natureza, e em especial, os processos que geram despesas são, ao final, encaminhados à unidade de Controle Interno, para análise, conferência e eventual recomendação para providências com vista, principalmente, à obediência a leis e regulamentos e à salvaguarda da correta aplicação dos recursos (de forma a evitar perdas, mau uso e danos). * Com a recente publicação da Resolução Presi 34/2017, esta Seccional tomará todas as medidas necessárias para a adoção da Gestão de Riscos em todos os seus processos de trabalho.	60%	dez/18	Secad Secoi Nucad Nucre
Identificar e publicar a cadeia de valor da organização, com a explicitação da sequencia lógica em que os macroprocessos de trabalho que delinham e definem a razão de ser do órgão ocorrem.	* Projeto de Excelência Administrativa em execução, onde serão identificados e mapeados todos os processos administrativos da seccional, resultando em manuais e procedimentos e elaboração da cadeia de processos da seccional.	5%	dez/20	Semad
Observar o inciso V do artigo 6º da Resolução CJF n. 313 de 22 de outubro de 2014, com vistas a garantir os insumos financeiros ao desenvolvimento, implantação e manutenção das iniciativas estratégicas e alcance de metas.	* Disposições previstas na Resolução Presi 29/2014, que instituiu o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região, e na Portaria Presi 392/2015, que aprovou os Planos de Ação 2015/2016 do Tribunal e das Seções Judiciárias.	100%	Concluído	Semad Secge/TRF1
Instituir a gestão de processos em observância ao referencial metodológico de gerenciamento de processos aprovado pelo Conselho da Justiça Federal.	* A Semad iniciou os trabalhos de mapeamento de processos, por meio do projeto "Excelência Administrativa", mas tem encontrado dificuldades pelo excesso de atividades e o reduzido número de colaboradores.	5%	dez/20	Semad

Recomendações do CJF	Ações já implementadas ou propostas	% da Ação já implementada	Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
Definir o fluxo de informações sobre a situação das iniciativas estratégicas e determinar, em regulamento, prazo para envio dessas informações à unidade que gerencia o portfólio de projetos no órgão.	* Portaria Presi 392, que aprovou os Planos de Ação 2015/2016 do Tribunal e das Seções Judiciárias, determina a atualização das informações a cada quatro meses. * Quadrimestralmente é realizada a Reunião de Avaliação da Estratégia, que apresenta os resultados às unidades e discute melhorias nas iniciativas estratégicas.	100%	Concluído	Semad
Designar os gestores responsáveis pela implementação dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas estratégica e a orientação aos servidores sobre qual é a contribuição de seu trabalho diário no alcance da missão institucional e da estratégia definida.	* Gestores dos projetos, responsáveis pela implementação dos objetivos, indicadores, metas e de iniciativas estratégicas são designados no Termo de Abertura de Projetos. * Os indicadores são monitorados pela Seção de Modernização Administrativa. A divulgação dos resultados é realizada por meio das RAEs, realizadas quadrimestralmente	100%	Concluído	Semad
Adotar medidas administrativas tais como: avaliação dos contratos de terceirizados, identificando eventual possibilidade de redução de postos de trabalho; avaliação dos itens de almoxarifado, com vistas a eliminar ou reduzir aquisições desnecessárias; padronização nas aquisições de móveis e materiais permanentes; avaliação da frota de veículos, verificando a possibilidade de redução, desfazendo-se daqueles de manutenção elevada, buscando o uso compartilhado, sempre que possível; capacitação da equipe de compras em pesquisa de preços; definição de critérios e priorização para novas obras e reformas; definição de critérios para lotação de pessoal, com identificação de prioridades; medidas para economia de água, luz e telefone, entre outras julgadas pertinentes.	*Diversas medidas para redução de custos vem sendo executados e acompanhados no PLS. * Está em andamento a revisão dos contratos de terceirizados, objetivando as suas adequações à IN-MPDG 05/2017 e também a redução de gastos, à vista das limitações impostas pela EC 95. * Com a limitação orçamentária imposta este ano foram revisados todos os contratos continuados e tem sido implantadas medidas de redução de gastos na Seccional.	-	Permanente	Nucad Seseg
Observar ao inciso V do artigo 6º da Resolução CJF n. 313 de 22 de outubro de 2014, com vistas a garantir o pessoal necessário para o desenvolvimento, implantação e manutenção das iniciativas estratégicas e alcance de metas.	* Disposições previstas na Resolução Presi 29/2014, que instituiu o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região, e na Portaria Presi 392/2015, que aprovou os Planos de Ação 2015/2016 do Tribunal e das Seções Judiciárias.	100%	Concluído	Semad Secge/TRF1
Dimensão 4 – Monitoramento e avaliação da estratégia				
Definir métricas para avaliar os processos críticos, por exemplo, aqueles relacionados: à execução da função judicante; ao planejamento, execução e monitoramento da estratégia; ao planejamento e à execução orçamentário; à aquisição de serviços e produtos de TI e de serviços e materiais de engenharia; à gestão da folha de pagamento etc.	* O monitoramento da estratégia tem sido realizado pelo acompanhamento dos indicadores e metas estratégicos. Através dos resultados encontrados são identificados os processos críticos que merecem atenção prioritária. * Os resultados dos indicadores e metas são apresentados aos gestores nas RAEs realizadas quadrimestralmente. * Foi desenvolvido um Plano de Gestão, coincidindo com o mandado do Diretor do Foro, com todas os projetos desenvolvidos no período e os respectivos acompanhamentos.	100%	Permanente	Semad
Incluir na pauta, da última reunião do ano em que se fizer a análise da estratégia, a avaliação de fatores externos, tais como alterações legislativas, restrições orçamentárias, inovações procedimentais e/ou novos projetos, reclamações de usuários ou qualquer outro fator que possa interferir positiva ou negativamente na estratégia e que não foi considerado quando de sua elaboração ou última revisão.	* Será incluída na pauta da última RAE do ano, a realizar-se em novembro ou dezembro/2017.	50%	dez/17	Semad
Dimensão 5 – Comunicação, relacionamento institucional e transparência				

Recomendações do CJF	Ações já implementadas ou propostas	% da Ação já implementada	Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
Realizar ações concretas de cooperação, especialmente com órgãos que mantenham alta litigância na Justiça Federal, ou deem suporte à atividade judicante, para promover soluções compartilhadas aos problemas mais crônicos e persistências, impeditivos da melhoria da prestação jurisdicional.	* São firmados acordos de cooperação e realizados mutirões com tais órgãos. * OAB, Advocacia Pública, Defensoria Pública e Ministério Público participam do Comitê Gestor Regional do PJe.	100%	Permanente	Presi Coger Diges
Realizar, de forma periódica, pesquisa de satisfação para identificação e tratamento de sugestões, críticas e elogios em relação à prestação dos serviços jurisdicionais.	* Pesquisa de satisfação coordenada pelo CJF prevista para ser realizada a cada 3 anos	-	dez/20	CJF
Realizar pesquisa ou algum procedimento que permita conhecer o quanto os colaboradores compreendem e estão engajados com a execução dos metas e projetos estratégicos.	* Elaborar questionário sobre a disseminação do planejamento estratégico na seccional. (Plano de Comunicação)	0%	dez/18	Semad Ascom
Executar as ações de comunicação em observância ao que foi planejado, ajustando-se objetivos, periodicidade e custos constante do plano, quando necessário.	* Plano de Comunicação elaborado em 2016, a ser replicado a cada ano.	100%	Permanente	Ascom
Realizar evento anual, de caráter prático, com a participação das lideranças do órgão (presidente, corregedor, diretor da escola de formação de magistrados, diretores de foros, secretários, assessores-chefes e outras autoridades essenciais à gestão da Justiça), com vistas a avaliar situação das metas, projetos e outras iniciativas de impacto na execução da estratégia.	* À medida das possibilidades orçamentárias, são realizados encontros presenciais periódicos entre o Presidente e os Diretores de Foro; entre o Diretor-Geral e os Diretores de Secretaria Administrativa das seccionais; entre a Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação e as Seções de Modernização Administrativas; entre as unidades de biblioteca; entre as unidades de gestão do Pro-Social etc.	-	Permanente	Presi/TRF1 Diges/TRF1 Secge/TRF1
Realizar a divulgação atualizada no portal do órgão, das informações requeridas, em observância à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e à Resolução CNJ Nº 215 de 16/12/2015 (Dispõe sobre o acesso à informação no âmbito do Poder Judiciário).	* Informações divulgadas mensalmente pelas unidades gestoras no Portal da Transparência do TRF da 1ª Região	-	Permanente	Unidades Administrativas
Elaborar e a executar um plano de comunicação da estratégia em que conste públicos-alvo, mídias, conteúdos e períodos de divulgação, garantindo que a maior parte da organização conheça os objetivos, metas e iniciativas planejadas, bem como a situação de execução ou cumprimento dos resultados alcançados.	* Plano de Comunicação elaborado em 2016, a ser replicado a cada ano.	100%	Permanente	Ascom